

A CULTURA MATERIAL ESCRITA E OS LIVROS DIDÁTICOS NA COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dione Dutra Lihtnov

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal
de Pelotas (PPGE/UFPel)
lihtnov@gmail.com

Resumo

Este texto apresenta um recorte específico de um projeto de pesquisa para a tese de doutoramento em Educação que vem sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. Busca-se, especificamente, aproximar o processo de constituição da cultura material e escrita com o tema Geografia, mais precisamente com o conceito basilar da ciência geográfica, o Espaço Geográfico. Para tanto, a pesquisa se propõe analisar o tema a partir de um fio condutor: a imagem presente na capa dos livros didáticos. As obras analisadas abarcam o recorte temporal compreendido entre as décadas de 1940 e 1980, e foram fornecidas pelas autoridades do Rio Grande do Sul às escolas públicas primárias e, atualmente, são salvaguardadas pelo Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares da Universidade Federal de Pelotas, RS.

Palavras-chave: Livro didático, cultura material e escrita, geografia, espaço geográfico.

Introdução

O uso dos espaços no mundo contemporâneo é elementar à vida em sociedade. Basicamente, todas as atividades realizadas - sejam de trabalho, estudo ou lazer - necessitam de algum tipo de deslocamento nos diferentes ambientes de convívio social. Esta interação é um exercício permanente de construção e autoconhecimento do espaço. Um processo que deve ser exercitado desde os anos iniciais na correlação de ensino e aprendizagem, com noções cartográficas básicas como localização, redução, escala, orientação, de modo que se possa desenvolver, gradativamente, a projeção espacial dos indivíduos. A relação entre o local e o global estreita-se nesse ciclo, facultando a interpretação dos problemas significativos as suas respectivas realidades.

Esta condição imperativa ao modo de re-produção social sempre condicionou o espaço como uma temática fundamental a Geografia, mas também um tema transversal a praticamente todas as disciplinas escolares. Este necessário interesse pelos aspectos espaciais da existência humana torna-se expoente em mundo globalizado. E em tempos

de profundas crises, a sociedade tende a retomar questões essenciais a sua existência.

Em 26 fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmava o primeiro caso de coronavírus¹ no Brasil, no Estado de São Paulo. Neste dia, nenhum cidadão brasileiro poderia imaginar o impacto devastador desta doença que se expandiu pelo mundo transfigurado por uma pandemia global multiescalar e multifacetada. Dentre as medidas de enfrentamento ao vírus, o distanciamento social foi a mais eficaz das soluções a serem implementadas, não só naquele momento, mas no ano que se seguiria.

Por de trás do uso cotidiano de um determinado espaço existe uma rede complexa e não linear de fluxos e deslocamentos. O cerceamento desta fluidez afetou não só os modos de produção e de comunicação, mas a maneira de viver que até então conhecíamos. No que diz respeito à Educação, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), estima que mais de 90% dos estudantes foram afetados pelo fechamento parcial ou total de escolas e universidades no mundo (UNESCO, 2020). No Brasil, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta que o fechamento de escolas durante pandemia fez o Brasil regredir duas décadas em matéria de evasão escolar (UNICEF, 2021).

Historicamente, a educação brasileira luta contra uma série de deficiências estruturais e político-pedagógicas que são inerentes ao sistema educacional - a falta de salas de aula, a superlotação escolar, a desvalorização dos profissionais especializados, a carência de recursos pedagógicos. Contudo, o enfrentamento a pandemia de Covid-19 expôs a atuação de milhares de professores/as perante estas limitações, evidenciando a proeminente atuação destes profissionais para manter o ensino de milhões de crianças brasileiras impossibilitadas de frequentarem as suas respectivas escolas.

Do ponto de vista didático-pedagógico, a grande consequência deste cenário pandêmico foi a transição de um modelo de ensino presencial para uma modalidade de ensino remota, composta por jornadas de estudos virtuais (via internet). Intrínseco a este processo, despontam novos obstáculos, tais como a dificuldade de lidar com a nova rotina de ensino respaldada na tecnologia (aulas virtuais, podcasts, leituras *on-line*), além da falta de contato com colegas/professores/alunos, fatos que resultam em um aumento do estresse nas duas extremidades da linha de ensino.

¹ Coronavírus ou Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Para maiores informações, acessar: <https://www.gov.br/saude>.

A composição de um ciberespaço² educacional é mais que “um mero meio, é um espaço paralelo de informação e produção intelectual, uma espécie de realidade material e simbólica coletiva” (MACHADO, 2002). Simultânea a esta rede de informações definida por limites que transcendem o tangível, flui um mundo estruturado por fronteiras geográficas tradicionais - territórios, regiões e lugares - espacialmente e socialmente delimitadas. Desta coalizão de fluxos e fixos, emergem ramificações assimétricas e distintas do ponto de vista socioespacial.

Se por um lado a tecnologia facilita a aquisição de informações e conteúdos escolares, por outro, ela restringe e limita este mesmo acesso há milhares de estudantes que não possuem possibilidades de usufruir desta tecnologia (celulares, computadores, internet), em sua grande maioria por razões econômicas. De acordo com o IBGE (2021), apesar do crescente alcance da internet no Brasil, 4,3 milhões de estudantes, maiores de 10 anos, ainda não utilizavam internet no último trimestre de 2019. E com as portas das escolas fechadas, este cenário se torna mais evidente, pois, em síntese, estes estudantes necessitam da estrutura física da escola para acessarem tal tecnologia.

Sem acesso aos materiais e aulas disponibilizados remotamente via internet, estes 4,3 milhões de estudantes recorrem a um dos recursos didáticos mais tradicionais e resilientes da educação brasileira: **o livro didático**. Nesta situação, o manual didático assumiu a condição de “porto seguro”, confiável e acessível a pais e alunos, afirmando-se como um recurso fundamental para a aprendizagem de crianças e jovens em todo o Brasil, sendo capaz de facultar, de forma gratuita, conteúdos específicos e adequados ao estágio e ano escolar do/a aluno/a dentro de um universo de recursos cada vez mais tecnológicos e inovadores.

Esta singular capacidade de se ressignificar constantemente, apesar das inúmeras metamorfoses sociais e culturais que lhes são impostas, corrobora ainda mais para que este instrumento didático seja uma via determinante de interpretação da realidade para milhares de alunos/as e, do ponto de vista geográfico, a principal referência material de análise da transformação do espaço geográfico pela ação humana.

Fruto de uma cultura escrita - compreendida neste contexto como o lugar simbólico e material que o escrito ocupa para determinado grupo social, comunidade ou

² Pierre Levy (2000) diz que o ciberespaço é “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

sociedade³ – o livro didático personifica um “mapa” composto por orientações, métodos de ensino e itinerários de conteúdos escolares, em diferentes regionalidades e espacialidades, refletidos e refratados pelos conhecimentos culturalmente definidos como válidos pela sociedade.

Assim como os mapas se instrumentalizaram como um importante recurso para a compreensão das configurações do espaço terrestre, o livro didático se inseriu na história da educação se instituindo enquanto um símbolo da cultura escolar. Podemos, inclusive, dizer que no momento em que a escola foi idealizada já se pensava também num livro específico para ela, bem como um designativo para esse objeto (MUNAKATA, 2016).

Do ponto de vista histórico, a gênese deste instrumento didático está vinculada à própria concepção de livro, em sua forma mais elementar. Chartier (1999) destaca a importância de algumas “revoluções” - entendidas neste contexto como mudanças nas maneiras de leitura das pessoas - que tiveram significativa relevância na constituição da cultura escrita do Ocidente. É possível, neste sentido, identificar alguns marcos e descontinuidades históricas que transformaram a circulação da palavra escrita.

A mais marcante destas transformações é a invenção da prensa (impressão) por Gutenberg, em meados do século XV, entretanto, o livro, como conhecemos na atualidade, não surgiu com a invenção da prensa, mas sim ciclos antes, entre os séculos II e século IV, com o surgimento do códice.

O códice, do latim *codex*, significa “livro”, e foi, de fato, um livro manuscrito, que substituiu o rolo de pergaminho como suporte de textos e imagens. Basicamente, sua composição contemplava manuscritos gravados em madeira ou folhas dobradas e reunidas, visualmente e materialmente muito próximos aos livros atuais. Quando a nova forma de livro substituiu o rolo, ações que antes eram totalmente impossíveis, tais como folhear a obra, encontrar uma passagem específica com facilidade, usar um índice ou escrever no decorrer da leitura, se tornaram possíveis (CHARTIER, 1999).

Posterior a este período, nos séculos XIV e XV, a invenção de Gutenberg possibilitou o surgimento do “livro unitário”, reunindo em uma mesma encadernação as obras de um autor, substituindo, assim, o códice pelo livro impresso. Já a partir do século XIX, “com a constituição dos Estados nacionais e com o desenvolvimento dos principais sistemas educativos, o livro didático se solidificou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dominantes” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

³ Essa definição baseia-se na acepção antropológica de cultura, considerada como toda e qualquer produção material e simbólica, criada a partir do contato dos seres humanos com a natureza, com os outros seres humanos e com os próprios artefatos, criados a partir dessas relações (GALVÃO, 2010, p. 218).

Já sob o prisma conceitual, Kant (1796 *apud* CHARTIER, 1999) apresenta uma concepção dual acerca deste produto da cultura material escrita: primeiramente, sob o enfoque da materialidade, compreendendo-o como um objeto material que pertence à pessoa que o adquire; subsequentemente, na perspectiva discursiva, apreendendo-o como um discurso endereçado ao público e posto em circulação pelo seu autor.

De fato, estes exemplares pedagógicos não são apenas instrumentos didáticos compostos de conteúdos escolares neutros e desinteressados, mas sim, suportes que apresentam intencionalidades, representações e imagens de sociedade, produto de uma cultura gráfica e material de um determinado período.

Sem refutar sua essência e peculiaridade, estas obras representam um importante mecanismo de propagação cultural e ideológica, principalmente no que concerne a difusão de informações, isso claro, sem mencionar os métodos e conteúdos educativos, expressos a partir de um conjunto de valores próprios - uma cultura escolar. Neste cenário, residem objetos próprios desta cultura que só subsistem e justificam sua existência na escola (o livro didático é um deles), e por si só constituem uma cultura material.

Neste sentido, podemos considerar que qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas, inclusive os objetos utilizados nas escolas e salas de aula, exercem uma importante fonte de análise, visto que estes elementos apresentam heranças das sucessivas relações desenvolvidas no espaço social e escolar.

Compreendendo está máxima, consideramos que o livro didático apresenta uma leitura coletiva de uma temática singular, o espaço geográfico, pois o saber expresso em suas páginas (neste caso específico na capa) “refletem os conhecimentos científicos e características culturais de uma dada sociedade em determinado período histórico e espacial, sendo uma das mais importantes vertentes curriculares no ambiente escolar” (VITIELLO, 2018).

À vista disso, este texto busca aproximar o processo de constituição da cultura material e escrita com o tema Geografia, mais especificamente com o conceito basilar da ciência geográfica, o Espaço Geográfico. Para tanto, a pesquisa se propõe analisar o tema a partir de um fio condutor: a imagem presente na capa dos livros didáticos. As obras analisadas foram produzidas no Estado Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1980, sendo fornecidas pelas autoridades gaúchas às escolas públicas primárias e, atualmente, são salvaguardadas pelo Grupo de Pesquisa História da Alfabetização,

Leitura, Escrita e dos Livros Escolares⁴ da Universidade Federal de Pelotas, RS.

Quanto à periodicidade das obras, há duas peculiaridades a serem destacadas: a primeira diz respeito a produção das obras didáticas, feitas, quase que exclusivamente, por professoras primárias orientadas pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul – CPOE. Este centro se especializou na produção didática em todas as áreas do conhecimento, conduzindo técnicas e orientações que orientaram a produção didática gaúcha por quase três décadas.

A segunda peculiaridade concerne à edição destas obras: os livros foram editados, tanto por empresas do Rio Grande do Sul - Selbach, Tabajara, Globo -, quanto por empresas de fora do Estado - Editora do Brasil, FTD. Com o fenômeno da globalização no campo editorial, pós década de 1980, muitas editoras gaúchas que editavam esses livros fecharam suas portas ou transferiram suas sedes e, com isso, a produção de livros didáticos no Estado do Rio Grande do Sul praticamente acabou (PERES; RAMIL, 2015, p. 302).

Na perspectiva teórico-metodológica cabe ressaltar que a análise concebe os livros didáticos como documentos⁵. Pode ser dito ainda que, pelas características do estudo desenvolvido, metodologicamente, a proposta assume uma dimensão centrada na análise documental. Nesse caso específico, o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, pois, antes de mais nada, sua apreciação é não só o resultado de “uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, sendo manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1990).

Ainda, no que confere a prática dos arquivos, a análise documental está baseada

⁴ O Hisales - História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares - é um centro de memória e de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenado pelas professoras Eliane Peres, Vania Grim Thies e Chris Ramil, reúne pesquisadores da UFPel e de outras instituições de ensino da região sul, contando com a participação de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de graduação. O grupo tem procurado estabelecer uma política de recolha, tratamento e guarda de objetos da cultura escolar, constituindo, assim, importantes acervos para a manutenção da história e da memória da alfabetização e para a pesquisa educacional. Mais informações a respeito do Hisales, das ações, dos projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, podem ser vistas via internet, no site (<http://www.ufpel.edu.br/fae/hisales/>) e no perfil na rede social Facebook (Hisales).

⁵ Cabe ser dito que a história social ampliou a concepção de documento como “fonte” de pesquisa, compreendido, nesta concepção, como “qualquer vestígio do passado que serve de testemunho”, considerando-se textos escritos, mas também documentos de natureza iconográfica, cinematográfica, ou qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, entre outros (CELLARD, 2012, p. 297).

em uma operação historiográfica, ou seja, uma forma de “encarar a história como uma operação tentando, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar, procedimentos de análise e a construção de um texto” (CERTEAU, 1982, p. 66).

Desenvolvimento

Diz o dito popular que “não se deve julgar um livro pela capa”, pois o conteúdo, costuma evidenciar aspectos que a aparência resguarda ao primeiro olhar podendo, inclusive, surpreender (positivamente ou negativamente) seu observador. Do ponto de vista editorial e comercial, podemos afirmar que este invólucro externo do livro - além de conter as informações básicas da obra - é pensado para propiciar uma primeira impressão capaz de despertar e aguçar o interesse do observador, de forma que ele se torne, efetivamente, um leitor da obra.

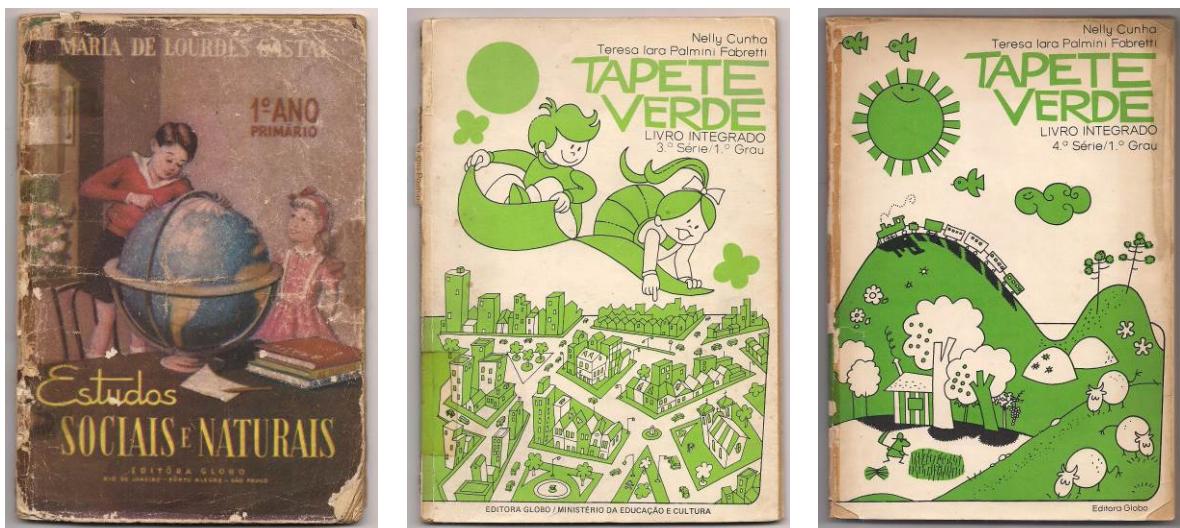
Para tanto, são utilizadas linguagens textuais, imagens, cores, ou seja, elementos e técnicas que unitariamente não possuem significativa relevância, mas que, em conjunto, compõem uma codificação capaz de transmitir uma mensagem, exercendo, assim, um poder de atração sobre seu observador. É de fato uma representação, ou como qualifica Chartier (1990) “esquemas intelectuais que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, possibilitando, ao espaço, ser decifrado”.

Denota-se que, por detrás destas representações, habita a coexistência de interesses divergentes de grupos sociais com postulações ideológicas e culturais heterogêneas, para os quais, a escolarização constitui um trunfo social, político e simbólico (FORQUIN, 1992). Pormenores que demonstram ser preciso compreender a sociedade em que estamos inseridos para entender sua visão, além das complexas relações que a integram e interferem diretamente na organização espacial. Oportunamente, este é o campo de preocupações da Geografia - o espaço da sociedade humana.

Este fundamento pode ser melhor clarificado na capa do livro **Estudos Sociais e Naturais**, 2ª Edição, de autoria de Maria de Lourdes Gastal, publicado pela Editora Globo, em 1955 (figura 1, a esquerda). Apesar de não ser uma obra específica da disciplina de Geografia, sua capa contempla uma representação que personifica as práticas educativas da disciplina geográfica nos diferentes níveis de ensino: duas crianças (um menino e uma menina) exercitando a localização em um globo terrestre. Esta talvez seja a interpretação

mais clássica do estudo geográfico que é “compreender o mundo em que vivemos, por meio do qual podemos entender melhor o local em que moramos” (VERSENTINI, 1989).

Figuras 1, 2, 3 - Coleções Estudos Sociais e Naturais / Tapete Verde.



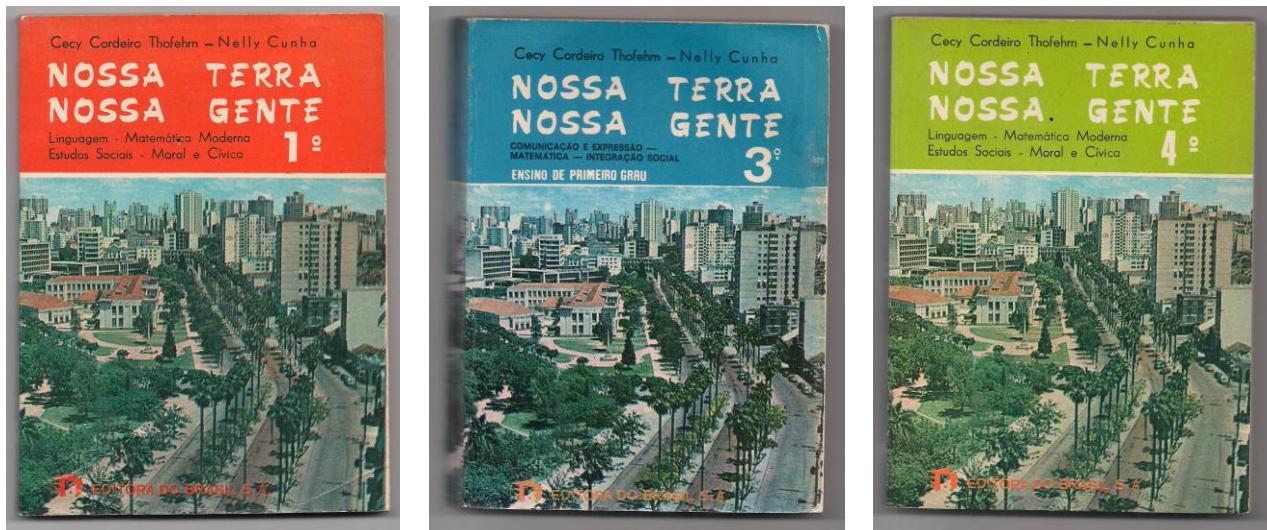
Fonte: Acervo do Hisales.

Para além desta percepção, a coleção **Tapete Verde**, de autoria de Nelly Cunha e Teresa Iara Palmini Fabretti, obras de 3º e 4º anos, publicadas pela Editora Globo (figura 2, ao centro; figura 3, a direita) nos anos de 1979 e 1977, respectivamente, contém em suas capas alegorias representativas deste “mundo em que vivemos” referido pelo autor, aquele da convivência cotidiana, designado enquanto local de moradia, trabalho, lazer e consumo.

Este é o espaço definido pela Geografia - enquanto ciência e disciplina escolar - como seu objeto de estudo por excelência, denominado de **Espaço Geográfico**, e estabelecido por Santos (1997) como “um sistema de objetos e um sistema de ações” que é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá”.

A interpretação mais clássica deste espaço geográfico são as cidades, o resultado material da dimensão humana. A coleção **Nossa Terra, Nossa Gente**, de autoria de Cecy Cordeiro Thofehrn e Nelly Cunha, obras de 1º, 3º e 4º anos, publicadas pela Editora do Brasil (figuras 4, 5, 6) possuem, em sua capa, um retrato deste espaço geográfico a partir da perspectiva do uso do solo urbano.

Figura 4, 5, 6 - Coleção Nossa Terra, Nossa Gente.

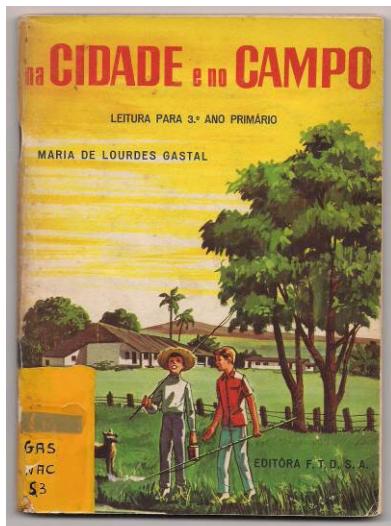


Fonte: Acervo do Hisales.

Aprofundando esta discussão, temos uma dicotomia conceitual e epistemológica que durante muito tempo foi peculiar aos estudos geográfico: a clássica diferenciação entre campo/cidade e rural/urbano convencionada a partir da definição de que o rural seria o campo, e o urbano a cidade. Esta concepção dicotómica é delineada na capa e no próprio título do livro **No Campo e na Cidade**, 1ª Edição, de autoria de Maria de Lourdes Gastal, publicado pela Editora FTD (figura 7). Em sua capa, contemplamos a ilustração de um imaginário típico de espaços rurais, onde a imersão técnica não conduz uma percepção do tempo/espaço característico do meio urbano (relevo montanhoso, predomínio de vegetação, habitantes com trajes típicos da cultura camponesa).

Refletindo este cenário, podemos dizer que desde a revolução industrial a técnica operou em grande escala produzindo alterações significativas nas relações entre campo e cidade, com um protagonismo do capitalismo agrário, altamente desenvolvido que, com o passar do tempo, sobrepujou o campesinato tradicional. Dentro da perspectiva epistemológica da Geografia, a compreensão entre campo e cidade, como processos distintos, foi superada pois, de fato, não são. Em verdade, existe uma relação dialética entre estas duas realidades espaciais, de causa e efeito entre o progresso técnico e a reprodução do espaço rural, vinculada, diretamente, a produção do espaço urbano.

Figura 7 - Livro No Campo e na Cidade.



Fonte: Acervo do Hisales.

Por consequência, o momento atual da sociedade carrega como aspecto central o entrelaçamento entre a ciência e a técnica. Apesar dessa conexão ser percebida em outros momentos históricos, essa junção é potencializada atualmente. É possível compreender, ainda, que existe uma união entre os aspectos econômicos e sociais no mundo, o que Santos (1997) apresenta como uma mais valia no nível mundial.

Todo este processo se encontra cristalizado frente ao olhar dos habitantes - seja no campo ou na cidade - que transitam cotidianamente pelos mais diversos territórios sociais, estando a distância de um simples olhar. Neste fluxo, a memória do passado revive perante o observador, a partir da paisagem⁶, de forma que retomar esses fragmentos, de diferentes épocas, nos permite interpretar cada etapa da evolução social sobreposta em um processo cíclico e dialético.

Se observarmos estas paisagens perceberemos formas originárias de diferentes períodos históricos, abarcando diferentes funções sociais ao longo do tempo. A coleção **Linguagens e Estudos Sociais** publicada pela editora Tabajara, contempla em sua capa paisagens urbanas de patrimônios históricos e culturais que demarcam a relação de apropriação do espaço, neste caso, de um determinado território. No livro Linguagem e Estudos Sociais - Edição Especial para o Estado do Rio Grande do Sul, 2º ano, 3ª Edição, de autoria de Sydia Sant'Anna Bopp e Eddy Flores Cabral, publicado pela Editora Tabajara em 1970 (figura 8, a esquerda), temos estampada em sua capa o monumento

⁶ Para Santos (1997), paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza.

histórico O Laçador, uma representação figurativa da persona de um gaúcho pilchado (em trajes típicos) na cidade de Porto Alegre, RS. A estátua é uma demarcação territorial da cultura gaúcha, do conjunto de tradições preservadas de um povo que ainda hoje reflete na constituição do espaço geográfico desta população.

Já o livro *Estudos Sociais - Edição Especial para o Estado de São Paulo*, 3º ano, de autoria de Sydia Sant'Anna Bopp e Eddy Flores Cabral, publicado pela Editora Tabajara em 1969 (figura 9, a direita), exibe em sua capa o Monumento às Bandeiras, marco histórico da cidade de São Paulo, capital, que faz uma alusão aos bandeirantes que partiram de São Paulo para explorar outras regiões do país. Diferentemente da obra anterior, que tinha por objetivo a exaltação de um conjunto de tradições culturais, este monumento busca demarcar no espaço um recorte específico da história de um povo.

Figuras 8 e 9 - Coleção Linguagem e Estudos Sociais.



Fonte: Acervo do Hisales.

Entretanto, é sempre oportuno relembrar que a história, assim como o espaço, é composta de contradições e conflitos podendo ser escrita (ou lida) de diferentes perspectivas, dependendo da posição de seu autor (ou leitor). Recentemente, a notícia de um incêndio à estátua do bandeirante Borba Gato⁷, na zona sul da cidade de São Paulo, capital, circulou pelos noticiários brasileiros. O monumento causa polêmica justamente por representar a atuação dos bandeirantes que, historicamente, possuem sua atuação vinculada ao escravismo de indígenas e negros.

⁷ Para saber mais, ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-em-sao-paulo/>

Sob essas afirmativas, percebemos que, assim como na história, não existe homogeneidade no espaço, mas sim heterogeneidade. Isso se reflete na superposição de tempos e espaços perante ao processo de re-produção socioeconômica e espacial. Por esta perspectiva, perceberemos ainda que o espaço é por excelência um campo de lutas, e será justamente na disputa de interesses contraditórios que irá se definir a re-produção espacial.

As diferentes disputas e necessidades sociais, as diferentes formas de apropriação e uso do solo, calcadas no conflito entre capital e trabalho acabam reproduzindo o espaço, tendo por base os interesses do capital, contraditoriamente alheios às necessidades e utopias dos habitantes reais. A presença de inúmeros indivíduos torna esse processo uma manifestação eminentemente social.

Dentro deste contexto, Lefebvre (1979) entenderá o espaço geográfico sob três dimensões: a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação. Estas dimensões são, na verdade, expressões de diferentes modos de pensar, viver, perceber, imaginar e conceber os diversos espaços e territórios.

Fazendo uso de Corrêa (1997), podemos dizer que a organização do espaço é constituída pelo conjunto de formas e interações espaciais, de modo a constituir uma totalidade. Nestes processos e dinâmicas podemos visualizar as inter-relações entre estas categorias justapostas, a partir desta totalidade, engendrando, intrinsecamente, as práticas cotidianas.

A vida cotidiana, como prática socioespacial, por sinal, se mostra um elemento crucial na compreensão da re-produção do espaço, uma vez que a vida se expressa enquanto mundo em movimento. Em grande parte, este fluxo social cotidiano pode ser analisado sob diferentes nuances gráficas nas capas dos livros didáticos. A coleção **Páginas do Sul**, de autoria de Nelly Cunha e Helga Trein, obras de 3º ano, publicadas pela Editora Globo, nos anos de 1970 e 1969, respectivamente (figura 10, a esquerda; figura 11, ao centro); e a obra **O Canto do Brasileiro – Série Era Uma Vez**, também de autoria de Nelly Cunha e Helga Trein, 4º ano, publicada pela Editora Globo, no ano de 1968 (figura 12, a direita), elucidam este panorama:

Figuras 10, 11, 12 - Coleções Páginas do Sul e O Canto do Brasileiro.



Fonte: Acervo do Hisales.

Nos livros analisados, observa-se a peculiaridade da abordagem, sob diferentes perspectivas, das rotinas habituais do dia a dia no espaço de vivência, tendo um denominador comum: a valorização cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Os autores fazem uso das práticas cotidianas para demonstrarem um modo de vida específico que, ao se reproduzir, personifica o espaço.

Podemos perceber que as caracterizações gráficas das capas dos livros didáticos tendem a valorizar a paisagem como um instrumento metodológico de análise do espaço geográfico, ou seja, um “retrato” histórico específico que se explica através da sociedade que o produz, adquirindo uma nova dimensão a cada momento. Esta leitura vai além das imagens, englobando também cores, sentidos, odores, movimentos, conferindo-lhe inúmeras interpretações repletas de subjetividade.

Ilustrando este ponto de vista, podemos analisar a coleção **Nossa Terra, Nossa Gente**, de autoria de Cecy Cordeiro Thofehrn e Nelly Cunha, obras de 2º e 4º ano, respectivamente, publicadas pela Editora do Brasil, nos anos de 1974 e 1975, respectivamente (figura 13, a esquerda; figura 14, a direita). As obras citadas, contemplam, em suas capas, imagens de paisagem naturais, históricas e culturais do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando-se destes elementos visuais para caracterizar o espaço dentro da perspectiva socioeconômica de constituição da paisagem ao longo processo histórico de formação territorial gaúcho.

Figuras 13, 14 - Coleção Nossa Terra, Nossa Gente.



Fonte: Acervo Hisales.

Santos (1997) nos lembra que a paisagem não é muda, ela tem a capacidade de dialogar com seu observador, e a percepção que se tem dela, sempre está longe de abranger o objeto (ou cena) em sua realidade profunda. E assim também é o espaço geográfico. Quando o observamos, existe uma face visível, amoldada pela sociedade, e uma segunda face, - sua história e ideologia - que não se entrega diretamente ao observador. Focalizando nosso olhar ainda sobre a coleção **Nossa Terra, Nossa Gente**, de autoria de Cecy Cordeiro Thofehrn e Nelly Cunha, obras de 1º, 3º e 5º anos, respectivamente, publicadas pela Editora do Brasil, no ano de 1975 (figura 15, a esquerda; figura 16, ao centro; figura 17, a direita), podemos elucidar este ponto de vista.

Figuras 15, 16, 17 - Coleção Nossa Terra, Nossa Gente.



Fonte: Acervo do Hisales.

As capas das obras didáticas, para além das paisagens, faz uso de elementos característicos e próprios da cultura do Estado do Rio Grande do Sul (a cuia de chimarrão, o monumento ao laçador gaúcho) de forma desvendar elementos que permanecem muitas vezes implícitos ou ocultos, mas também ajudam a desvelar esta face cristalizada pela cultura na paisagem, enraizada pelo tempo, histórica e natural simultaneamente.

Sintetizando, podemos dizer que a paisagem é uma “janela” que possibilita observarmos os processos sociais, econômicos, políticos e culturais materializados no espaço, em determinado momento histórico, desvelando, assim, as faces ocultadas pela história e ideologia da sociedade vigente.

Entremeando essa reflexão a nosso fio condutor - a capa do livro didático, podemos vislumbrar uma certa similitude entre os pormenores explorados: Se a paisagem é uma “janela” por onde vislumbramos a cristalização da sociedade no tempo e espaço, a capa de livro pode ser compreendida como uma “porta de entrada” para o conteúdo de fato de uma determinada publicação, pois, como ressalta Chartier (1995, p. 8) “tomar consciência dessas convenções, variáveis segundo os documentos, as épocas e lugares, é condição necessárias para que se possa apreciar as pertinências e os limites de cada fonte”. Sendo assim, a capa é ela própria uma representação da paisagem, uma “materialização do espaço geográfico” produzida, editada e publicada como um retrato da sociedade que a produziu.

Considerações finais

Este texto teve por objetivo aproximar o processo de constituição da cultura material e escrita com o tema Geografia, mais especificamente com o conceito de Espaço Geográfico, tendo como perspectiva de análise a capa dos livros didáticos. A escolha pela composição analítica da capa se justifica pela concepção de que sua constituição compõe uma cena pré-estabelecida para a obra, onde se distribuem elementos gráficos representativos de ordem política, social, cultural ou até mesmo ideológica, permitindo, a partir de sua desconstrução, a leitura de quadros peculiares da sociedade e/ou temas específicos. De fato, a capa do livro didático é uma representação da sociedade em diferentes escalas e nuances pensada por autores e/ou editores que se materializa e se reproduz ao longo das páginas e entrelinhas da obra.

No que concerne a perspectiva teórico-metodológica, a pesquisa adotou como norte a análise documental e a operação historiográfica, tendo a fonte documental

composta por obras didáticas produzidas entre as décadas de 1940 e 1980. Estas obras circularam e foram fornecidas pelas autoridades do Rio Grande do Sul às escolas públicas primárias e, atualmente, são salvaguardadas pelo Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares da Universidade Federal de Pelotas, RS.

Referente a Geografia, desde a sua formação, enquanto ciência, inúmeras foram as transformações por ela experimentadas ao longo do tempo. O pensamento geográfico é assinalado por uma oscilação constante em busca de novos ares, novas formas de compreensão e interpretação do espaço. Essas concepções nem sempre foram unidimensionais, sendo que as verdades postas por cada corrente do pensamento geográfico não foram absolutas ao longo do tempo histórico, auxiliando, assim, em novas visões da ciência geográfica.

Ao longo do tempo, as ciências, em um âmbito geral, representaram controle sobre o mundo. A velha máxima de que a informação traduz o poder, o que, dentro de um modelo socioeconômico capitalista, representa a soberania de poucos sobre muitos, ratificando a importância, não só da Geografia, como das Ciências Sociais. O que fica de fato é a compreensão de que é preciso entender o mundo em que estamos inseridos para entender sua visão e seu conhecimento produzido. Não se admite (ou pelo menos não se deveria admitir) que a ciência seja entendida como uma produção a-histórica ou a-social.

A análise das capas dos livros didáticos contribui com a percepção de que o espaço geográfico é o local de moradia, de trabalho, de lazer, de cultura. Um espaço de trocas - e de uso sem troca quando se aborda os locais públicos ou de bens de consumo produzidos pelo Estado. E é a partir das bases materiais que a sociedade produz e reproduz seu próprio universo de relações, ao mesmo tempo em que aprofunda suas afinidades com o espaço. Este intenso e incansável processo se materializa e está perceptível na paisagem, a partir de suas formas, funções, estruturas e processos.

Entende-se que o processo de produção do espaço é ao mesmo tempo um processo de re-produção. Assim, a produção se expressará a partir da produção material dos seres humanos resultante dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, os quais culminam em uma acumulação desigual de tempos históricos materializados no espaço.

Por fim, pode-se dizer que o espaço, assim como a educação no Brasil, é um campo de lutas e um meio de consumo (dos próprios livros didáticos). O espaço também

assume uma forma de valor, uma vez que é também trabalho materializado. E como tal, objeto de disputa, cujas regras serão determinadas pelo modo capitalista de produção. Este é o espaço que interessa a Geografia, e que habitou os livros didáticos gaúchos. Um espaço geográfico socialmente produzido enquanto reprodução da vida.

Referências

- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- CHARTIER. **A História Cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. Entrevista. Acervo. Leituras e Leitores. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 8, n. 01-02, jan./dez. 1995.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (org.). A paisagem para os geógrafos In: **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez. 2004.
- FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.
- IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/Lógica dialética**. RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MACHADO, Jorge. **Cyberespaço e esfera tecno-social**: uma reflexão sobre as relações mediadas por computadores. 2002. Disponível em: www.forumglobal.de/bm/articles/cyber/cyberespaço_paper.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.
- MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, 2016.
- PERES, Eliane. RAMIL, Chris de Azevedo. A constituição dos acervos do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares e sua

contribuição para as investigações em educação. **Revista História da Educação.** Porto Alegre, v. 19, n. 47, set./dez. 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 1997.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade.** São Paulo: Contexto, 1989.

VITIELLO, Márcio. **A geografia censurada:** cerceamento à produção e à distribuição de livros didáticos. Curitiba: Appris, 2018.